

Universidad de la República

Facultad de Psicología


Comité Editorial

Psicología, Conocimiento y Sociedad

Eu, SIMEI SANTOS ANDRADE, por meio deste documento, comunico meu interesse e compromisso em participar como autor convidado da Seção Temática "A Socialização da Criança na Perspectiva do Bem-Estar Integral e dos Direitos Fundamentais".

Para cumprir os requisitos estabelecidos e estar à disposição para quaisquer outras informações que deva enviar, digo-lhe adeus, saudando-o muito cordialmente.

Belém/PA, 20 de agosto de 2020.


Assinatura

Nome: Simeí Santos Andrade

Afiliação institucional: Universidade Federal do Pará

Posição: Professor Adjunto

DIREITOS HUMANOS E TRABALHO INFANTIL NA AMAZÔNIA: A LÓGICA DO CAPITAL PREDATÓRIO E A SUBVERSÃO DE CRIANÇAS NO NORTE DO BRASIL

RESUMO: O estudo que ora apresentamos faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as infâncias da Amazônia Paraense/Brasil. Neste recorte, tratamos dos direitos da criança ou a falta dele e como o trabalho infantil perverso tem maculado a vida das crianças da Amazônia. O objetivo do estudo é analisar a lógica do capital predatório para com o grupo geracional infância, e como as crianças ribeirinhas, indígenas, caboclas, quilombolas, pescadoras, camponesas, povos da floresta, sem terra, assentados, pequenas agricultoras, imigrantes, colonas e urbanas subvertem essa lógica capitalista. A metodologia aplicada se deu por meio de uma abordagem qualitativa, baseada numa pesquisa documental. A base de dados que fomentou o estudo centrou-se em organizações governamentais e não governamentais com destaque para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Agência Brasil, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização Internacional de Trabalho (OIT) e pelas análises dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e pelo Índice do Sistema Único de Saúde (IDSUS), com foco na Amazônia Paraense. Os principais resultados mostram que o atendimento as necessidades básicas das crianças, as políticas de proteção e seguridade social para o seu pleno desenvolvimento ainda é um grande abismo entre o que o estado, por meio das políticas públicas e da legislação diz e o que as crianças vivem de fato na floresta, nas beiras dos rios, nos assentamentos, na várzea, na terra firme, nos campos, nas planícies, nos serrados, nas áreas desmatadas, entre outros espaços geográficos que compõe a Amazônia Paraense. As conclusões do estudo mostram que, as crianças, mesmo com a exploração de sua mão de obra que rouba seus direitos a uma vida digna, a brincar, a ir a escola, educação, saúde e habitação de qualidade, elas subvertem a lógica capitalista e por meio de suas culturas infantis lutam e resistem a barbárie do mundo “civilizado”.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Trabalho Infantil, Infâncias amazônicas, Amazônia Paraense.

SIMEI SANTOS ANDRADE

Doutora em Educação pela PUC Minas (2018). Mestre em Educação pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (atual UNASP-2005), Especialista em Arte-Educação pela PUC Minas (2013) e em Currículo e Avaliação na Educação Básica pela UEPA (1999), Licenciada em Pedagogia (UFPA-1997) e Bacharelado em Serviço Social (UFPA-1988). É Professora adjunta da Universidade Federal do Pará atuando nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de teatro e dança. Coordenadora do

NUPEIA - Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos (UFPA/CNPq-2019). Pesquisadora do NUPES - Núcleo de Pesquisa Social: Teoria Crítica da Sociedade, Cultura e Infância (PUC Minas/CNPq-2014), do TAMBOR - Grupo de Pesquisa em Carnaval e Etnocologia (UFPA/CNPq-2008). É membro da ALAS - Asociación Latinoamericana de Sociología.